

## PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE MEDICINA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO USO DOS EPI'S NAS PRÁTICAS LABORATORIAIS

Educação em saúde

Gabriela LÍzia Carlos de Lima<sup>1</sup>; Milena Lima de Araújo<sup>2</sup>; Patrícia Ferreira de Araújo<sup>3</sup>;  
Jorge Luiz Silva Araújo Filho<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Graduandas de Medicina das FIP, gabrielalima@med.fiponline.edu.br

<sup>2</sup> Graduandas de Medicina das FIP, milenaaraujo@med.fiponline.edu.br

<sup>3</sup> Graduandas de Medicina das FIP, patriciaaraujo@med.fiponline.edu.br

<sup>4</sup> Professor do curso de Medicina das FIP, jorgearaujofilho@gmail.com

### INTRODUÇÃO

O uso de EPIs é tratado como fundamental pela biossegurança, visto que consistem em barreiras primárias em caso de exposição aos agentes biológicos e químicos. Logo, é importante expandir essa ideia aos discentes, pois os mesmos estão sujeitos a riscos diários, principalmente em suas práticas laboratoriais.

Os primeiros debates sobre a biossegurança ocorreram no início da década de 1970, com a Conferência de Asilomar, na Califórnia (EUA). Foram abordadas questões sobre os riscos das técnicas de engenharia genética e sobre a segurança dos espaços laboratoriais. Enquanto que no Brasil, tais discussões só iniciaram no final de 1980, devido ao elevado número de ocorrências de graves infecções em laboratórios (PENNA, et al., 2010).

A biossegurança compreende um conjunto de ações com objetivo de minimizar, prevenir ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer ou interferir na qualidade de vida, na saúde e no meio ambiente (BRASIL, 2010). No Brasil, dentre diversas leis e portarias destacam-se as Normas Regulamentadoras (NRs) regidas pela portaria 3214/1978, do Ministério do Trabalho e Emprego, e dentre estas a NR 32 e 6. (CARVALHO, et al., 2009).

A NR 32 regula especificamente as diretrizes básicas para a execução das medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores nos Estabelecimentos de Assistência à Saúde (SÃO PAULO, 2014). Já a NR 6 dispõe do uso de equipamentos de proteção individual (EPI). A EPI é todo material ou dispositivo de uso individual utilizado pelo trabalhador, com o intuito de proteger dos riscos que possam ameaçar a segurança e saúde no trabalho.

Os laboratórios das Faculdades de Medicina são locais usados para diversas atividades como: ensino, pesquisa e/ou extensão. Nesses espaços os docentes, discentes e funcionários estão expostos aos diferentes agentes, sejam eles: biológicos, químicos, ergonômicos e de acidentes (FERNANDES, 2015). Tais laboratórios devem efetuar uma verificação minuciosa dos agentes biológicos, dos hábitos, dos equipamentos utilizados e da infraestrutura para averiguar os riscos que definirá as ações de biossegurança que serão empregadas à determinado espaço (SANGIONI, et al., 2013).

Nas FIP o uso desses equipamentos nas práticas laboratoriais é muitas vezes negligenciado e não é dada atenção devida, pelos estudantes de Medicina. São muitos os que não sabem os riscos os quais estão sujeitos. Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar a percepção e proporcionar conhecimentos aos acadêmicos de medicina sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e suas implicações nas práticas laboratoriais.

## **METODOLOGIA**

Tratou-se de um estudo transversal, descritivo, de abordagem quantitativa, por meio da realização de um questionário fechado elaborado pelos pesquisadores e aplicado pelos mesmos, com 14 questões demográficas (sexo e idade) e pertinentes a percepção dos estudantes entrevistados sobre a importância do uso de EPIs em suas práticas laboratoriais. Participaram da pesquisa apenas os acadêmicos de vários períodos do curso de Medicina das Faculdades Integradas de Patos – Paraíba (FIP).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nos laboratórios de ensino é possível destacar o emprego de equipamentos, técnicas e conhecimento para prevenir a exposição dos trabalhadores, pesquisadores e estudantes, estabelecendo condições seguras de manipulação e contenção dos agentes biológicos. Colaboraram com a pesquisa 26 alunos do 1º, 3º e 4º períodos do curso de Medicina das Faculdades Integradas de Patos (FIP). Na pesquisa evidenciou-se a diversidade de faixa etária (17 a 38 anos) e a presença de ambos os sexos feminino (61%) e masculino (39%). Dentre os entrevistados observou-se que 96% dos acadêmicos mostraram ter conhecimento sobre o significado da sigla EPI (Equipamento de Proteção Individual), ao mesmo tempo em que 73% afirmaram saber o que a importância do uso desses equipamentos significa, este é considerado um bom resultado, devido a grande importância desses equipamentos na área da saúde, e comparando com um estudo realizado em Goiás (SOUZA, et al., 2008), o qual questionou os acadêmicos quanto ao conhecimento do significado de EPI e apenas 8,9% dos pesquisados responderam que estavam cientes da sigla.

Porém, quanto aos itens listados para serem assinalados como EPI, 50% dos entrevistados realmente conheciam quais eram, mas 34% não conheciam e assinalaram os EPCs (Equipamentos de Proteção Coletivos) que também estavam na lista, enquanto que 16% não marcaram. Portanto, um processo de educação em saúde ainda se faz necessário para conscientizar os acadêmicos que o uso de EPI é um fator de proteção à sua saúde. Relacionando com a literatura e a Norma Regulamentadora N° 6 (BRASIL, 2010), os EPIs mais indicados para os alunos seriam: jaleco de manga longa, máscara, óculos de proteção, luvas de procedimento, calça e calçado fechado (SAN FRANCISCO STATE UNIVERSITY, 2007).

O cumprimento do esquema vacinal também consiste em uma medida de precaução padrão, porém 42% dos pesquisados afirmaram que o seu cartão de vacinação estava desatualizado, o que indica desconhecimento quanto à importância da vacinação, que tem como finalidade prevenir doenças após o contato acidental com material biológico, sendo imprescindível a realização da mesma para todos. Outro estudo concluiu que os acadêmicos de medicina não estão devidamente imunizados contra a Hepatite B, pois apenas 43,3% possuem a vacina (ARENT, et al., 2009). Os resultados dessa pesquisa geram um alerta para a necessidade de informação quanto a esse item e orientação para adequar a caderneta de vacinação, afinal essa atualização é importante para toda a vida acadêmica e profissional.

Por fim, a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) é quem determina a necessidade dos EPIs e 76% dos acadêmicos não sabiam da existência de tal comissão na sua instituição de ensino, indicando a necessidade de apresentação dessa comissão para os alunos, além de suas atribuições.

## **CONCLUSÃO**

Os EPIs constituem barreiras físicas primárias na prevenção contra os riscos de

exposição aos agentes biológicos e químicos nas instituições de ensino. A falta de conhecimento sobre o uso dos EPIs e o comportamento inadequado apresentado pelos acadêmicos durante as práticas laboratoriais pode ter uma repercussão negativa em sua saúde e na dos demais usuários dos laboratórios. O estudo demonstrou que os alunos de medicina necessitam de uma reciclagem quanto ao conceito e forma adequada de uso dos EPIs, e sugere um treinamento, aliado a constante e rigorosa exigência quanto ao uso de EPIs promovidos pela instituição, visando à prevenção de acidentes e contaminações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARENT, P. M.; CUNHA, L.; FREITAS, P. F. Situação vacinal dos estudantes de medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina no período prévio ao internato. *Rev. Ciênc. Méd., Campinas*, 18(1): 13-20, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/cienciasmedicas/article/viewFile/650/630>>. Acesso em: 28/03/2017.
2. BRASIL, Ministério da saúde. Biossegurança em saúde: prioridades e estratégias de ação/ Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
3. \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). NR°06: Equipamento de Proteção individual – EPI, atualizada. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CB90335012CCC356A9B1B75/NR-06%20\(atualizada\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CB90335012CCC356A9B1B75/NR-06%20(atualizada).pdf)>. Acesso em: 30/03/2017.
4. CARVALHO, C. M. R. S.; MADEIRA, M. Z. de A., TAPETY F. I. Aspectos de biossegurança relacionados ao uso do jaleco pelos profissionais de saúde: uma revisão da literatura. *Revisão de literatura. Florianópolis*, 2009, p. 355-60
5. FERNANDES, A. C. G., et al. SEGURANÇA NO LABORATÓRIO DE QUÍMICA, 2015. Disponível em: <[http://www.unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/gestao\\_foco/artigos/ano2015/seguranc\\_a\\_labquimica.pdf](http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2015/seguranc_a_labquimica.pdf)>. Acesso: 28/03/2017.
6. PENNA, P. M. M., et al. Biossegurança: uma revisão. *Arq. Inst. Biol., São Paulo*, v.77, n.3, p.555-465, 2010.
7. SANGIONI, L. A.; et al. Princípios de biossegurança aplicados aos laboratórios de ensino universitário de microbiologia e parasitologia. *Revista Ciência Rural*, vol. 43, núm. 1, Santa Maria, 2013, p. 91-99.
8. SAN FRANCISCO STATE UNIVERSITY. Anatomy lab safety plan. 2007. Disponível em: <[http://www.sfsu.edu/~safety/Web\\_documents/files\\_biosafety/AnatomyFinal%20Plan\\_07.pdf](http://www.sfsu.edu/~safety/Web_documents/files_biosafety/AnatomyFinal%20Plan_07.pdf)>. Acesso em: 30/03/2017.
9. SOUZA, A. C. S., et al. O uso de equipamentos de proteção individual entre graduandos da área da saúde e a contribuição das instituições formadoras. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v.7, n.1, p.27 – 36, 2008. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/4893/3206>>. Acesso em: 30/03/2017.
10. SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Estado de São Paulo. Cartilha Temática 13 – Normas Regulamentadoras: nº 7, nº 9 e nº 32. São Paulo, 2014. Disponível em: <[http://www.saude.sp.gov.br/resources/crh/ggp/cartilhas/normas\\_regulamentares.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/crh/ggp/cartilhas/normas_regulamentares.pdf)>. Acesso: 28/03/2017.